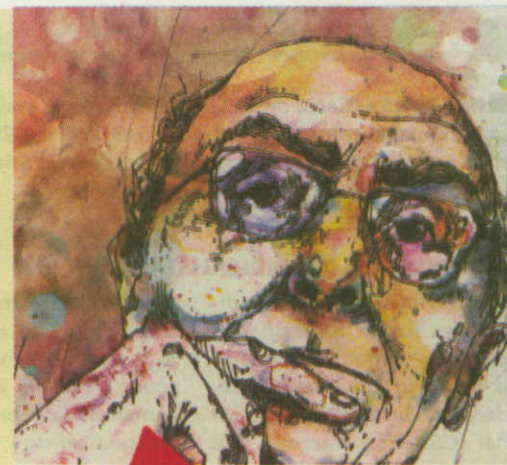
OPERÁRIOS NA CHINA CRUZAM OS BRAÇOS

Greves podem representar um marco no país

[pág 12 e 13]

MORRE O ESCRITOR SARAMAGO

Mas sua obra continua além do ponto final

[pág 11]

Opinião Socialista

PSTU

WWW.PSTU.ORG.BR ▸ NÚMERO 407 ▸ DE 24 DE AGOSTO A 07 DE JULHO DE 2010 ▸ ANO 14

R$ 2

CAOS NO TRANSPORTE PÚBLICO

Superlotação, tarifas caras, trânsito. É possível mudar os transportes em benefício dos trabalhadores?

[pág 8 e 9]

PSTU LANÇA ZÉ MARIA COM ATO E CONVENÇÃO NACIONAL

Partido também realiza seminário de programa

[pág 16]

LULA MANTÉM FATOR PREVIDENCIÁRIO

[pág 5]

ESTATUTO RACIAL: UM RETROCESSO

[pág 4]

SERVIDORES AVANÇAM EM GREVES

[pág 7]

JULGAMENTO DE GILDO É ADIADO

[pág 10]

NAS RUAS – Cerca de 300 mil trabalhadores realizaram uma grande manifestação em Lisboa, no último dia 29 contra as medidas de austeridade anunciadas pelo governo Sócrates.

FRANÇA – Já no dia 27 de Maio, houve uma greve geral na França. Os trabalhadores saíram às ruas contra o governo de Sarcozy e seu pacote de atques.

ASSASSINATOS DE SINDICALISTAS

No ano passado, 101 sindicalistas foram assassinados em todo o mundo, segundo o relatório anual da Confederação Sindical Internacional (CSI). O número é 30% maior, se comparado à última pesquisa, realizada em 2008. Somente na Colômbia, 48 foram mortos. Juntas, Guatemala e Honduras registraram 28 vítimas. De acordo com o relatório, o aumento da repressão contra sindicalistas se deu em paralelo às greves e paralisações desencadeadas pela crise econômica mundial.

PÉROLA

Gosto de repetir que, se não fosse o Aldo Rebelo, ainda não teríamos transgênico funcionando no Brasil

KÁTIA ABREU (DEM-TO), senadora e maior representante dos ruralistas no país em entrevista onde disse que "o Aldo é um exemplo muito interessante para o Brasil" . (Valor Econômico 11/06/2010)

AMÂNCIO

ATENTADOS EM HONDURAS

Um exemplo de atentados contra sindicalistas é Honduras. Depois de ser sacudido por mobilizações contra o golpe de Estado, em junho de 2009, uma verdadeira guerra suja ocorre no país. No início do mês o vice-presidente do Sindicato de Trabajadores de la Industria de la Bebida y Similares (STIBYS), Porfirio Ponce, foi vítima de um atentado. Dois homens atiraram em seu carro. O cunhado do sindicalista que também estava no carro morreu. Em outro canto do país, a secretaria de Finanças del Colegio de Profesores de Educación Media de Honduras (COPEMH), professora Carolina Pineda, sofria outro atentado. Homens encapuzados dispararam contra seu carro. A professora escapou.

GREVE NA COPA

Trabalhadores sul-africanos que trabalham na Copa estão em luta. Eles não estão recebendo o salário combinado e durante a partida Itália x Paraguai, os agentes de segurança da Cidade do Cabo deixaram seus postos de trabalho. Os motoristas que levavam os torcedores para assistir Holanda x Dinamarca no estádio Soccer City entraram em greve e paralisaram o Serviço de Ônibus de Trânsito Rápido. Ao final do jogo Alemanha x Austrália, os manifestantes foram brutalmente reprimidos pela polícia, que usou bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e muita pancadaria.

MUITO GRATO I

E os ruralistas têm muito a agradecer ao deputado do PCdoB, Aldo Rebelo. O deputado governista apresentou seu relatório na Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para debater as propostas de alteração do Código Florestal. Seu relatório defende o fim da Reserva Legal para qualquer propriedade localizada na Amazônia com até 600 hectares. No entanto, muitos ambientalistas alertam que qualquer fazendeiro com mais de 600 hectares de terra na Amazônia poderá fracionar sua propriedade para escapar da legislação.

MUITO GRATO II

Uma reportagem especial do jornal O Estado de S.Paulo mostra que o relatório do deputado federal Aldo Rebelo com as propostas de alteração do Código Florestal foi elaborado com a participação de uma consultora jurídica do agronegócio. Segundo o jornal, a advogada Samanta Piñeda recebeu R$ 10 mil pela consultoria, pagos com dinheiro da verba indenizatória de Rebelo e do presidente da comissão especial, Moacir Micheletto (PMDB-PR). Samanta Piñeda é consultora jurídica da frente parlamentar da agropecuária.

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265, Saúde - São Paulo - SP
CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: opiniao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary
EDITOR
Eduardo Almeida Neto
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)
REDAÇÃO
Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva
DIAGRAMAÇÃO
Victor "Bud"
IMPRESSÃO
Gráfica Lance (11) 3856-1356
ASSINATURAS
(11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - R Dr. Rocha Cavalcante, 556 - A
Vergel - (82) 3032 5927
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3015-0010 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
BENFICA -Rua Juvenal Galeno, 710, 60015-340.
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237 nº 440, Qd- 106, Lt-28, Casa 01, Setor Leste Universitário
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. Laudelino Barcelos, 83 - Vila Jacy. Telefone: (67) 3356.7229 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 20, sala 301 Centro - juizdefora@pstu.org.br
UBERABA *uberaba@pstu.org.br*
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-4432

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Avenida Sérgio Guerra, 311 - 1º Andar - Sala 01. Bairro: Bancários (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Edifício Tijucas - Avenida Luiz Xavier, 68, sala 608, Centro - Curitiba - PR, cep - 80020-020
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 3028-6016

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Monte Castelo, 195
Boa Vista - (81) 3222-2549

JUAZEIRO DO NORTE - Rua São Miguel, 45. Bairro São Miguel

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Barros Júnior, 546
Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Rua 2, nº 153 - BNH - João Bonitoo (24) 2452 4530
VOLTA REDONDA - Edifício Aliança, R. Neume Felipe, 43, Sala 202, B. Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432
(54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166
santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3201-5672 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho
edcosta16@itelefonica.com.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Rua Harry Simonsen 134 - (Travessa Monteiro Lobato) – Centro
guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186*
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

O Brasil real é um país que luta

Existe um Brasil que aparece aos olhos do mundo... E outro que é escondido. Não estamos falando da atual presença permanente da seleção brasileira na mídia. Isso vai durar até o início de julho.

Estamos falando do que veio antes e virá depois. Falamos da farsa do "Brasil do presente e do futuro" apresentada pelo governo, pela CUT e a UNE, de um país em que tudo vai bem. Falamos da farsa da oposição de direita, mostrando como em São Paulo tudo vai bem porque é dirigido pelo PSDB.

O faz de conta eleitoral do PT e do PSDB vai ignorar a realidade do povo brasileiro. Nessa edição do Opinião, mostramos o Brasil real. Falamos de trabalhadores que, em pleno século XXI, têm de ir a pé para o trabalho, por não ter dinheiro para pagar as passagens. Discutimos a situação do transporte, sob o ângulo dos que usam os ônibus e trens nesse país.

Poderíamos ter falado de outros temas, como das crianças que ainda morrem de fome, das milhares de pessoas que moram nas ruas das grandes cidades.

A realidade é o arrocho salarial que segue presente na vida dos trabalhadores. Dos juros altíssimos do cheque especial e do dinheiro que falta no fim do mês. O Brasil dos bairros populares, abandonados pelos governos e atacados duplamente, pela polícia e pelos bandidos.

O Brasil real não aparece na Rede Globo, nem vai aparecer nos programas eleitorais do PT e do PSDB. É o das greves do funcionalismo federal contra o governo do PT, dos funcionários da USP contra o governo do PSDB. É a greve dos motoristas de Fortaleza contra a patronal e contra a prefeitura do PT. É o movimento popular com ocupações de terrenos como as do MTST.

O Brasil real é um país que luta. Existem muitas lutas diretas dos trabalhadores nos dias de hoje, ignoradas pela mídia. Esse país precisa ter voz e vez.

O Conclat realizado em Santos tinha esse objetivo. A idéia era construir uma alternativa unitária para as lutas do movimento sindical, popular e estudantil, que agrupasse todos os que querem superar o peleguismo da CUT e Força Sindical. Um congresso importantíssimo, que reuniu 3180 delegados eleitos pela base. Infelizmente, um setor minoritário –a Intersindical e outros grupos menores- rompeu com o congresso simplesmente por isso, por ser minoria, por não aceitar que a base decida. Cometeram um erro gravíssimo, que enfraquece a necessidade da luta conjunta dos trabalhadores.

Mas a realidade depois do congresso já comprova que a central fundada em Santos começa a se mover ao lado e à frente dessas lutas. Os que romperam devem repensar o que fizeram, aceitar que a base decida, e voltar a se incorporar à central e às lutas diretas dos trabalhadores.

Esse país que luta também deve ter uma expressão nas eleições. A candidatura Zé Maria à presidência estará aberta a todos os que se mobilizam. Os grevistas poderão usar o tempo de TV do PSTU para divulgar suas reivindicações. Essa é a tradição dos socialistas, como expressão do proletariado em movimento. O socialismo estará presente nas eleições, para dar voz e vez ao Brasil dos trabalhadores que lutam.

OPINIÃO

Torcemos pelo Brasil Defendemos a soberania nacional

ANDRÉ FREIRE, da Direção Nacional do PSTU

A segunda vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo, que já garantiu a passagem para a segunda fase da competição, aumentará o apoio e a expectativa dos trabalhadores com o desempenho do nosso futebol neste mundial.

Apesar das justas críticas ao time de Dunga, nos locais de trabalho, de estudo e nos bairros populares veremos crescer a onda de apoio à seleção. Será justamente neste período que a militância do PSTU estará distribuindo no país inteiro o boletim nacional do partido e da pré-candidatura de Zé Maria Presidente com a campanha "Torcemos pelo Brasil. Defendemos a soberania nacional".

O objetivo é dialogar com a esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros que estarão torcendo pela seleção. Queremos aproveitar este momento especial para discutir a necessidade urgente de estender este forte sentimento para outras áreas de interesse nacional. O momento da Copa do Mundo é privilegiado para avançar nesta discussão.

Se os governos burgueses, em vários momentos de nossa história, usaram o futebol para dividir a nossa classe, devemos aproveitar este momento para buscar um avanço da consciência antiimperialista entre os trabalhadores brasileiros.

Enquanto nosso país tiver 48% do seu Orçamento Federal destinado a pagar os juros e amortizações da dívida, o nosso petróleo e demais recursos naturais seguirem sendo explorados pelo capital internacional, e quando forem as grandes empresas transnacionais que controlarem os destinos da nossa economia, vamos ver o Brasil cada vez mais dependente dos interesses imperialistas.

A burguesia brasileira não possui nenhuma diferença com a dominação imperialista. Por isso, a defesa da soberania está nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre. Com cada trabalhador que comentar conosco uma vitória da seleção, queremos convencê-lo da necessidade de lutar contra a política do governo Lula de entregar nossa economia e nossas riquezas aos países imperialistas. Queremos convencê-lo de que temos que reestatizar a Vale, a Embraer, a CSN e de que a Petrobras tem que ser 100% estatal.

Enfim, queremos ganhar a consciência da classe trabalhadora para as bandeiras programáticas que concretizam a defesa da soberania nacional e a afirmação da segunda e verdadeira independência nacional, que só poderá ser atingida quando nosso país romper definitivamente com o Imperialismo.

Estatuto da igualdade racial: a aprovação de uma farsa

Projeto marca um retrocesso nas reivindicações históricas do movimento, como a política de cotas

CLÁUDIA DURANS, pré- candidata a vice-presidente pelo PSTU, e HERTZ DIAS

SENADORES comprimentam-se após apovação do Estatuto da Igualdade Racial. Em nome de uma minoria branca aliada, governo aprova um estatuto que não reconhece a dívida histórica do país com sua população negra

Foi com entusiasmo que o ex-ministro da Igualdade Racial Edson Santos celebrou a aprovação do Estatuto da (des) Igualdade Racial pelo Senado. Mas não há nada o que comemorar, pois o texto não representa as reivindicações históricas do povo negro. O estatuto, durante o tempo em que tramitou no Congresso, sofreu ataques da direita e de setores burgueses até ser aprovado totalmente diferente do projeto original.

O fato revela o cinismo e a perversidade da burguesia racista, herdeira econômica, política e culturalmente dos escravocratas, que pretende continuar mantendo a exploração, a opressão e a humilhação da população negra.

A expectativa era de que o Estatuto da Igualdade Racial fosse um instrumento que de fato contribuísse para enfrentar a discriminação racial. E que também estabelecesse políticas de ações afirmativas para garantir os direitos essenciais dos afrodescendentes vitimados pelo processo de histórico de escravidão.

No entanto, o que poderia ter sido um avanço não passou de um acordo entre o PT, através do senador Paulo Paim (RS), a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e representantes do agronegócio e ruralistas, por meio do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Assim, o estatuto aprovado é a síntese mais fiel da aliança de forças nacionais que representa o governo Lula. A secretaria de igualdade racial deste governo nada fez de concreto para reduzir as desigualdades raciais no Brasil. Ao contrário, não passou de acessório, de uma simbologia racial para cooptar parte da militância negra.

Desta forma, o estatuto aprovado suprimiu pontos importantes como as cotas para negros nas universidades públicas, o que não nos causa espanto, pois o relator defende as "cotas sociais" e não raciais, e que o acesso à universidade deve ser baseado no "princípio do mérito e da capacidade de cada um".

Da mesma forma, foram suprimidas as cotas do mercado de trabalho, assim como a redução do percentual de 30% para 10% de cotas reservadas à participação de negros em partidos políticos.

Outro aspecto importante excluído do texto original foi o que tratava da regularização de terras para remanescentes de quilombos, um erro muito grave. A retirada deste tema não considera os quilombolas como proprietários de territórios historicamente ocupados, como forma de sobrevivência física e cultural desta população. Acrescentou-se a esse documento o incentivo fiscal que o governo poderá dar a empresas com mais de 20 funcionários que decidirem contratar pelo menos 20% de negros.

Há ainda neste estatuto erros gravíssimos do ponto de vista conceitual, a exemplo da retirada das categorias raça, escravidão e identidade negra. No que se refere a raça, o argumento utilizado enfatiza que do ponto de vista genético as raças não existem. No entanto, como conceito social, esta categoria ganhou um novo significado através do movimento negro e por intelectuais de várias áreas de conhecimento. O sentido é o de deixar clara a hierarquização da sociedade brasileira, na qual os grupos étnicos foram e são marcados por profundas desigualdades e discriminações.

Na mesma direção, foi rejeitado o termo escravidão, pois ele foi considerado como tradicional e inadequado, pois se trata de algo do passado. Como a sociedade brasileira está em transição, emergindo para uma sociedade democrática, com propostas de ações afirmativas que visam acabar com as desigualdades sociais, "escravidão" não seria o termo mais adequado.

Ora, a escravidão do negro no Brasil durou quase quatrocentos anos, em contraste com apenas 122 anos de trabalho livre, o que constitui uma prolongada experiência histórica que até hoje deixa marcas profundas nessa população, tanto no que se refere ao acesso aos bens materiais e culturais, como na dificuldade de construção da identidade étnica.

Não restam dúvidas que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com o povo negro. O estatuto seria uma forma de buscar assegurar direitos políticos, econômicos, sociais e culturais desta população, através de uma política de ações afirmativas que dessem conta das demandas históricas.

Precisamos desfazer os mitos junto à população submetida à miséria, à violência cotidiana e aos programas assistencialistas, que reiteram a subalternidade e retiram a dignidade do ser humano. Assim como o significado do governo Lula, que tem suas raízes no movimento operário, que confirma as políticas racistas e reacionárias do DEM, impossibilitando o acesso da juventude à educação superior, da população negra a políticas de saúde diferenciadas, dos remanescentes de quilombo à terra.

Somamo-nos às 24 organizações do movimento negro que se manifestam contra a versão atual do Estatuto da Igualdade Racial, esvaziado de conteúdo de justiça racial. O estatuto aprovado não tem força de lei, foi rebaixado, tendo o caráter de apenas autorizar e não determinar, fazer cumprir. Isto fica visível inclusive com a retirada de recursos para sua execução pelos gestores, que não são obrigados a colocarem-no em prática.

O estatuto está na contramão dos avanços nas lutas institucionais do movimento negro contra o racismo, a exemplo da política de cotas implementada em muitas universidades públicas.

Conclamamos a juventude, as trabalhadoras e os trabalhadores negros para a luta contra a dominação racista, contra a exploração, por melhores condições de trabalho e de existência, para que reine a liberdade e as diferenças sejam respeitadas. Em defesa das cotas para negros nas universidades públicas! Pela titulação de terra aos remanescentes de quilombos! ■

Lula veta o fim do fator previdenciário

Aposentados, porém, conquistam 7,7% de reajuste, maior que os 6,14% negociados pelas centrais com o governo

DIEGO CRUZ, da redação

Dia 15 de junho, terça-feira. Em todo o país, milhões de brasileiros se preparavam para assistir à estreia da seleção na Copa do Mundo. Foi este o momento escolhido por Lula para anunciar sua decisão de vetar o fim do fator previdenciário, iniciativa aprovada junto com a medida provisória dos aposentados do INSS que passou pelo Congresso.

O fator previdenciário havia sido imposto pelo governo FHC em 1999 e tem como objetivo adiar ao máximo as aposentadorias. Ele estabelece um cálculo para o valor das aposentadorias por tempo de contribuição que leva em conta a expectativa de vida, o tempo de contribuição e a idade do segurado. O resultado é que o trabalhador recebe menos quanto mais cedo se aposente. Na prática, o fator obriga os trabalhadores a trabalharem cada vez mais, sob o risco de terem seus benefícios reduzidos.

REAJUSTE

Se Lula vetou o fim do fator, por outro lado, mesmo a contragosto, foi obrigado a sancionar o reajuste de 7,7% das aposentadorias maiores que um salário mínimo. Mesmo insuficiente, ele é maior que os 6,14% que o governo havia combinado com centrais sindicais como CUT e Força Sindical (referente a 50% do crescimento do PIB de 2008 e a inflação). Já no Congresso, a pressão dos aposentados fez com que esse índice subisse para 7,7%, mesmo com todas as ameaças e chantagens do governo.

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT), que integrou a tropa de choque contra os aposentados no Congresso, chegou a dizer que eles "não têm o que reclamar". O petista reafirmou que o índice havia sido um acordo com as centrais. "Os 6,14% foram um acordo entre as centrais e o governo federal. Não foi um número cabalístico", disse, expondo o papel que CUT e Força Sindical cumpriram, de rebaixar o índice para um patamar ainda mais baixo do que até o próprio governo estaria disposto a conceder.

Mesmo assim, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o governo vai compensar o reajuste aumentando o corte no orçamento para além dos R$ 10 bilhões anunciados recentemente. Para isso, vai cortar mais R$ 1,6 bilhão. "O presidente Lula nos liberou para fazer os cortes necessários, que vão compensar os 7,7%", disse Mantega, que ficou responsável, junto com o ministro Paulo Bernardo, de anunciar o veto.

ABR

LULA mantém fator e frustra aposentados

A LUTA NÃO TERMINOU

O veto de Lula reafirma sua política para os trabalhadores que contribuem para o INSS. Só para lembrar, em 2003, logo em seu primeiro mandato, o presidente impôs a reforma da Previdência no setor público. Já em 2006, vetou o reajuste de 16,6% aprovado pelo Congresso, como parte da recomposição das perdas desde o governo FHC. Agora, vetou o fim do fator previdenciário.

Esse caso expõe de forma ainda mais clara o papel cumprido pela CUT que, além de não defender o fim do fator previdenciário, negociou um reajuste ultrarebaixado com o governo, que foi até mesmo recusado pelo Congresso.

A lição que fica, porém, é da força da mobilização dos aposentados. Apesar de os deputados e senadores terem votado de olho nas eleições, foi a luta que desbloqueou a negociação rebaixada da CUT, impôs o fim do fator no Congresso e garantiu o reajuste de 7,7%.

E, mesmo com o veto de Lula, a luta pelo fim do fator previdenciário não terminou. O Congresso pode ainda derrubar o veto. Além disso, tramita no Congresso o projeto de lei 4434/08, que recompõe as perdas das aposentadorias nos últimos anos. O PL foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça no último dia 16 e já está pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.

A mobilização dos trabalhadores e aposentados agora tem que girar novamente do Planalto para o Congresso, obrigando os parlamentares a derrubarem o veto, pondo um fim em definitivo no fator e aprovando a recomposição das aposentadorias. "Cumprimos nossa missão, mas continuaremos a lutar pela derrubada do veto do fator e pela aprovação do PL 4434/08, que recompõe as perdas do passado", afirmou o presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins. ■

Fator previdenciário já tirou mais R$ 10 bilhões dos aposentados

O fator previdenciário já roubou dos aposentados pelo menos R$ 10 bilhões, desde que foi instituído por FHC, há 11 anos. Alguns dizem que esse número pode chegar a R$ 20 bilhões.

Isso porque o fator estabelece um cálculo que reduz as aposentadorias dos trabalhadores que, mesmo tendo os 35 anos de contribuição (30, se mulher) à Previdência, têm menos de 65 anos. Ele leva em conta a idade do contribuinte, o tempo de contribuição e a expectativa de vida calculada pelo IBGE. Como esta só tende a aumentar, o fator vai cada vez mais reduzir o valor das aposentadorias.

Um trabalhador de 60 anos de idade, por exemplo, que tenha pagado o INSS por 35 anos, se quiser se aposentar, vai receber apenas 87% de sua aposentadoria integral. Se ele paga, por exemplo, tendo como base uma aposentadoria de três salários mínimos, ou R$ 1.530, ele vai receber apenas R$ 1.331. Ou seja, o fator vai tirar dele algo como R$ 200 todo mês. Ou R$ 2.400 todo ano. Se não quiser perder dinheiro, terá que trabalhar mais tempo, já que a Previdência o considera "jovem".

A CUT e a Força Sindical, junto com o governo, ensaiam trocar o fator previdenciário pelo fator 85/95, que chega a ser até pior.

O fator previdenciário é um dos maiores ataques à Previdência nos últimos anos e seu fim é uma luta de todos os trabalhadores.

Dilma, Serra e Marina apoiam veto de Lula

Tão logo foi anunciado o veto de Lula ao fim do fator, sua candidata à sucessão, Dilma Rousseff, tratou de apoiar a medida. "É uma decisão muito ponderada, muito correta", disse Dilma à imprensa em Paris, onde esteve na semana passada.

Já Marina Silva (PV) reafirmou seu apoio ao veto. "Conforme já havia me manifestado, acho que o presidente tomou a decisão mais correta ao aprovar o aumento aos aposentados e vetar a mudança no fator previdenciário", declarou.

O tucano José Serra não quis comentar a decisão de Lula à imprensa, mas já havia afirmado que "apoiaria" qualquer decisão do governo. Também nem precisava, pois foi seu partido, o PSDB, que impôs o fator, num período em que o próprio Serra era ministro.

Os primeiros passos da Central Sindical e Popular fundada no Conclat

Primeira reunião da Coordenação Nacional acontecerá entre os dias 23 a 25 de julho, no Rio de Janeiro.

ANDRÉ FREIRE, de São Paulo

Após a histórica realização do Congresso da Classe Trabalhadora, infelizmente marcada também pela derrota da ruptura dos setores minoritários que não aceitaram as votações de plenário, a central fundada neste congresso dá seus primeiros passos.

Apesar das poucas semanas de sua fundação, já vemos a central sindical e popular fundada no Conclat realizar as suas primeiras atividades. Sejam nas greves, como a dos trabalhadores da USP, dos servidores do judiciário federal, dos servidores do judiciário estadual de São Paulo ou a dos rodoviários de Fortaleza, seja na ocupação do Rodoanel (em São Paulo) realizada pelo MTST ou pelas mobilizações do MTL na região do Triângulo Mineiro, as bandeiras das organizações que fundaram a entidade demonstram o caminho que será adotado na construção da nova organização: a forte presença nas mobilizações dos trabalhadores e do conjunto dos explorados e oprimidos.

Já na semana seguinte ao congresso, vimos também a Secretaria Executiva Nacional (SEN) provisória dando prosseguimento a campanha de exigência ao presidente Lula que não vetasse o projeto do reajuste dos aposentados e que acabava com fator previdenciário, iniciada pela Conlutas e a Cobap. Agora, a central vai denunciar com veemência a traição do veto do presidente ao fim do famigerado fator que reduz o valor das aposentadorias e aumenta o tempo de serviço.

MOMENTOS FINAIS do Conclat

No dia 15 de junho, aconteceu a primeira reunião da SEN provisória, onde foi oficializado o início da construção da central fundada no Conclat, tendo como as principais decisões a montagem das equipes de trabalho para responder o cotidiano das atividades da entidade, a definição da nota oficial sobre os acontecimentos lamentáveis na ruptura do Congresso e a convocação da primeira reunião da Coordenação Nacional de entidades e movimentos.

Na pauta da coordenação estará obrigatoriamente a eleição da SEN ordinária, pois a atual tem seu mandato provisório até a realização da primeira reunião da coordenação. Além disso, será definido o nome votado no congresso, pois a Intersindical, um dos setores que infelizmente rompeu o congresso, não participa até então da entidade e, caso se consume essa divisão, não terá sentido usar esse nome. O plenário do congresso autorizou a Coordenação Nacional, diante da ruptura, realizar mudanças no nome da entidade.

A Coordenação Nacional acontecerá entre os dias 23 a 25 de julho, no Rio de Janeiro. Esta importante reunião terá a missão de normalizar definitivamente o funcionamento da entidade. Portanto, é esperada uma grande presença das entidades de base e movimentos que compõem a central sindical e popular fundada no Conclat.

Setores que romperam não respeitam as resoluções do congresso

O bloco Intersindical-Unidos-Mas, que tiveram cerca de um terço dos delegados e romperam com o congresso por não aceitarem a legitimidade das votações mais importantes do plenário, publicaram uma nota conjunta (além de notas específicas de cada organização), convocando uma reunião para o final do mês. Uma leitura mais atenta destas notas demonstra que a razão desta ruptura não é simplesmente a questão da definição do nome da entidade.

Estes setores questionam votações do congresso, especialmente a que definiu o caráter sindical e popular da entidade com a participação deliberativa do movimento estudantil e dos movimentos de luta contra as opressões. O argumento absurdo é que a presença destes setores acaba com o caráter classista da entidade que fundamos.

Outra diferença fundamental é na concepção de funcionamento da entidade. Os setores rupturistas querem impor um funcionamento por consenso entre as correntes políticas mais fortes que compõe a entidade. Esta proposta revela de forma cristalina que estes setores ainda não têm acordo com a construção de uma entidade nacional de frente única, que funcione com uma concepção onde o voto dos representantes das entidades de base e dos trabalhadores esteja sempre acima dos acordos entre as correntes políticas.

Em nossa opinião, a militância dos partidos e organizações políticas da classe trabalhadora é muito bem vinda na organização que estamos construindo, mas suas decisões políticas devem ser tomadas, de forma soberana e autônoma, nos seus fóruns e instâncias formados pelos representantes das entidades de base e movimentos.

E, por último, mais não menos importante, os setores que romperam com o congresso exigem um nome que não tenha o termo Conlutas. Assim demonstram que seu verdadeiro objetivo não é se unificar com a Conlutas, mas sim apagar seu nome da história do movimento operário brasileiro. O processo de unificação atual já deu demonstrações evidentes de suas limitações políticas e é mais que legítimo que as organizações envolvidas neste processo queiram manter na nova entidade o acúmulo construído anteriormente.

MAIS UMA VEZ, UM CHAMADO A UNIDADE

Mesmo com os argumentos absurdos presentes nas notas públicas dos setores que não respeitaram as decisões legítimas do congresso, a SEN provisória eleita no Conclat apresentará uma proposta que busca novamente retomar o caminho da unidade.

Na proposta estará presente, em primeiro lugar, o respeito às deliberações tomadas pelo congresso e a manutenção do funcionamento de uma verdadeira entidade de frente única, e não baseada nos acordos permanentes entre as correntes políticas. Caso exista acordo nestas duas questões básicas, será apresentada a disposição de propor a Coordenação Nacional de julho a inversão na ordem de apresentação do nome votado no Conclat.

Esperamos que estes setores revejam a sua posição de romper com as votações legítimas do congresso, e retomem o caminho da unidade. ■

Servidores públicos unificam suas ações e fortalecem o movimento

Trabalhadores do Judiciário e das universidades paulistas vão realizar ato unificado no dia 23

PAULO BARELA, da Secretaria Executiva Nacional Provisória Central Sindical, Popular e Estudantil eleita no Conclat

No dia 16 de junho, os servidores dos Judiciários Federal e Estadual de São Paulo deram uma grande demonstração de unidade e realizaram um poderoso ato público na praça João Mendes, seguido de uma passeata com mais de quatro mil participantes que tomou as ruas centrais da capital paulista.

A manifestação foi uma iniciativa das Associações dos Servidores do Judiciário Estadual, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Sintrajud) e da Central Sindical, Popular e Estudantil eleita no Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora). Os servidores em greve há mais de 40 dias lutam por reposição salarial e implantação de plano de cargos e salários (veja quadro das greves abaixo).

O clima de emoção pela unidade forjada no movimento e a indignação com a política dos governos Serra e Lula, que atacam os direitos dos trabalhadores e buscam impor o arrocho salarial aos servidores, foi reafirmada no microfone pelos representantes das organizações sindicais e políticas presentes. Eliseu Trindade, dirigente do Sintrajud e militante do PSTU, defendeu a unidade das lutas afirmando:

PASSEATA dos servidores da Justiça-SP

"Tanto no governo federal como no estado de São Paulo temos a mesma política, é hora de unificar as lutas para derrotar esses governos".

Para Luiz Carlos Prates, o Mancha, candidato a governador de São Paulo, os governos Lula e Serra estão atentos à crise econômica, que recomeça na Europa, por isso negam as reivindicações dos servidores e começam a aplicar aqui os mesmos planos de seus colegas da Grécia, Portugal e Espanha.

"Eles são todos farinha do mesmo saco! Pretendem não só congelar os salários do funcionalismo, mas também demitir e liquidar as conquistas dos trabalhadores para salvar os lucros dos banqueiros, latifundiários e grandes empresários", denunciou.

Para manter a unidade na luta, representantes dos comandos de greve do Judiciário e das universidades paulistas reuniram-se na sede da Central Sindical, Popular e Estudantil na última quinta-feira, dia 17, e aprovaram proposta de um novo ato público no dia 23 no mesmo local e hora. A ideia é repetir a manifestação para forçar os governos a atenderem as reivindicações. Além disso, os trabalhadores defendem os seguintes eixos:

- ✔ Contra as terceirizações, sucateamento e privatização dos serviços públicos;
- ✔ Em defesa de um serviço público gratuito e de qualidade;
- ✔ Contra qualquer tipo de retaliação/punição e reversão dos descontos já efetuados nos salários de parte da categoria;
- ✔ Contra o congelamento salarial;
- ✔ Em defesa do pleno direito de greve.

O PSTU, desde o início das greves, vem apoiando amplamente a luta dos trabalhadores públicos e tem dedicado todo seu esforço militante em defesa das reivindicações dessas categorias. Da mesma forma, defende a unidade dos trabalhadores em torno de suas reivindicações e das ações unificadas propostas pelas entidades dos servidores e da Central Sindical, Popular e Estudantil.

Veja a situação das greves do funcionalismo

JUDICIÁRIO FEDERAL

A greve segue forte. Obtiveram uma vitória importante na semana passada, quando foi aprovado o PCS (Plano de Cargos e Salários) na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara Federal. Nesta semana tem caravana para Brasília, quando farão manifestação pública nacional em defesa de suas reivindicações. A greve se amplia nos principais estados do país.

JUDICIÁRIO ESTADUAL

A adesão é ampla, sendo que no Tribunal da praça João Mendes a participação é de 80% dos trabalhadores. A categoria reivindica 20,16%, mas o Tribunal continua intransigente, apresentando uma proposta muito aquém do que os servidores exigem. Alegam que o responsável é o orçamento limitado do governo tucano.

Várias iniciativas estão sendo tomadas no campo parlamentar com a realização de reuniões com o Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa durante esta semana. Dentro de dez dias deve ocorrer o julgamento do dissídio da categoria, porém, a greve segue e as associações realizam assembleia de avaliação dos rumos do movimento na próxima quarta-feira, dia 23.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS

A proposta do Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo), apresentada em reunião com o comando de greve, é inaceitável. Além de não apresentar nada de novo, insiste na quebra da isonomia, concedendo índices salariais rebaixados e diferenciados para técnicos e professores, e não se compromete sobre os descontos dos dias parados. A oferta, portanto, está bem aquém do que o movimento reivindica.

Apesar do desgaste pelos mais de 40 dias de paralisação, multas para o sindicato e os descontos salariais para mais de mil trabalhadores, a greve continua firme. A assembleia realizada no dia 21 votou a continuidade da greve e a participação no ato unificado do próximo dia 23.

O movimento, além de reivindicar reposição salarial e isonomia, também luta contra a proposta de privatização da USP que o reitor João Grandino Rodas vem tentando implementar através de intensificação das terceirizações e da busca de parcerias público-privadas (PPPs).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Em greve desde o dia 12 de abril, os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego seguem firmea na luta pela implantação de um plano de carreira específico para o órgão. Na semana passada os grevistas foram em caravanas para Brasília exigir o atendimento de suas reivindicações. Uma plenária nacional, realizada após a manifestação, e que contou com a presença de representantes de 20 estados, aprovou a continuidade da greve por tempo indeterminado.

O movimento já conquistou importantes vitórias na Justiça, como a queda do corte de ponto e a derrubada do processo do governo Lula de ilegalidade da greve. Essas vitórias fortaleceram a greve. Agora, a categoria aguarda julgamento do dissídio protocolado no Tribunal Superior do Trabalho. ■

O caos do transporte público

Superlotação, horas perdidas em filas e deslocamentos, tarifas caras, trânsito. Estes são alguns dos problemas enfrentados cotidianamente por milhões trabalhadores que dependem de transporte público no país.

DA REDAÇÃO

Além de precário, o transporte público no país é caro. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que, entre 1995 e 2008, as tarifas de ônibus urbanos tiveram um aumento de cerca de 60% acima da inflação.

Ocorre que o setor de transporte é controlado por verdadeiras máfias que financiam as campanhas eleitorais dos grandes partidos e, depois que os políticos são eleitos, obtêm contratos de serviços com as prefeituras. As companhias estatais de transporte público (tanto as de ônibus como as ferrovias) foram privatizadas e entregues a essas máfias, que conseguem lucros fabulosos.

Há poucos dias, a prefeitura de Florianópolis, ao lado dos empresários de transporte da região, impôs um novo reajuste da tarifa dos ônibus, que passou a custar R$ 2,38 no cartão e R$ 2,95 em dinheiro. Foi o maior aumento desde 2005, quando houve uma revolta contra o preço da tarifa. Se um trabalhador que recebe o salário mínimo de R$ 510 tiver que pagar duas passagens para ir e duas para voltar, vai gastar por mês mais de R$ 270 em condução, ou seja, mais de 50% de seu salário.

Por isso, em pleno século 21, muitos trabalhadores não têm condições de pagar as tarifas e se locomovem a pé. Segundo o IPEA, cerca de 37 milhões de brasileiros estavam nesta situação em 2006. Outra pesquisa realizada em 2007 mostrava que 640 mil viagens por mês são realizadas a pé devido ao custo da condução.

TRANSPORTE PÚBLICO OU PARTICULAR?

O caos no transporte é fruto de vários fatores. O problema começa com a falta de prioridade por parte dos governos para investir em transporte público. Como consequência, cresce de forma desordenada o uso de veículo individual, fruto da ampliação de crédito para a compra de automóveis.

Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), há dez anos circulavam no país 18,8 milhões de carros, três milhões de motocicletas e 243 mil ônibus. Hoje a situação é bem diferente. São 33 milhões de carros, 11 milhões de motocicletas e apenas 407 mil ônibus. Enquanto houve um aumento de 74% para automóveis e de 280% para motos, o número de ônibus cresceu apenas 67%.

Isso se agrava mais devido ao crescimento acelerado e desordenado das grandes cidades. Os setores mais pobres da população são empurrados cada vez mais para as grandes periferias, o que dificulta a mobilidade urbana.

Enquanto pouco se investe na melhoria do transporte coletivo, são gastos bilhões em dinheiro público para favorecer as montadoras. Durante a crise econômica, os bancos operados pelas montadoras receberam pelo menos R$ 4 bilhões com o objetivo de garantir crédito para o financiamento de veículos. Como se não bastasse, os governos Lula e José Serra (SP) concederam generosas isenções fiscais às montadoras.

Repete-se assim uma velha opção da burguesia brasileira. Desde a "Era JK", nos anos 1950, a política de transporte prioriza os interesses das multinacionais automobilísticas. Em vez de ferrovias e hidrovias, soluções mais baratas e eficientes para o transporte de pessoas e cargas entre os estados, a burguesia privilegiou um modelo de fabricação de carros, ônibus e caminhões. No lugar de investir em transporte coletivo de qualidade, os governos continuam fomentando o transporte individual com a realização de grandes obras viárias.

Essa solução não apenas gera benefícios para a indústria automobilística, mas também para os grandes partidos políticos, como PT e PSDB, e seus candidatos, cujas campanhas eleitorais são sustentadas pelo dinheiro de empreiteiras e montadoras.

FALTA DE INVESTIMENTOS E PRIVATIZAÇÃO

São Paulo é retrato do caos do transporte no país. Com 11 milhões de habitantes e uma área metropolitana que reúne quase 20 milhões de pessoas, a frota de veículos da cidade é de mais de 6 milhões.

Nos trens, ônibus e metrô, é preciso ter paciência para enfrentar a superlotação e a demora nas viagens. Segundo um levantamento da Comunidade de Metrôs (CoMET, sigla em inglês), organização que reúne os 11 principais sistemas de transporte sobre trilhos no mundo, o metrô da capital paulista é o mais lotado do mundo. Para "amenizar" a situação, o Metrô e a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) lançaram o programa "Embarque Melhor". Trata-se de uma piada de mau gosto, que busca inutilmente controlar o acesso de passageiros nas plataformas nos horários de pico em estações de grande movimento.

Desde a década de 1970, quando o metrô foi inaugurado, os governos construíram pouco mais de 60 km de extensão das linhas, absolutamente insuficiente para atender a demanda diária de 3,3 milhões de passageiros. A capital paulista perde até de cidades menores, como Santiago do Chile, que tem à disposição mais de 83 km de linhas. Como se não bastasse, o transporte em São Paulo é um dos mais caros da América Latina. Enquanto a tarifa do metrô na Cidade do México é de R$ 0,28, e em Santiago de R$ 1,58, em São Paulo se cobra R$ 2,65.

Recentemente, o governo do PSDB inaugurou uma nova linha construída através da chamada parceria público-privada. Pelo contrato, o consórcio de empresas privadas poderá explorar a linha por 30 anos, o que vai encarecer ainda mais o transporte.

Já no Rio de Janeiro, o caos do transporte mostra o resultado da entrega do serviço público à iniciativa privada. A privatização dos serviços prometia uma suposta melhoria, mas o resultado é bem diferente das promessas feitas pelos governos.

Na manhã do dia 16 de abril, um trem da Supervia lotado de trabalhadores, que seguia de Santa Cruz, na Zona Oeste, para a Central do Brasil, descarrilou. Mais de 60 pessoas ficaram feridas. Poucos meses antes, imagens na TV mostravam trabalhadores sendo chicoteados por seguranças da mesma Supervia, empresa concessionária dos serviços de trens urbanos do Rio.

Em abril do ano passado, os passageiros que dependem das barcas para fazer a travessia entre Rio e Niterói se revoltaram com o sufoco das longas filas e o serviço precário. As barcas que ligam o Rio a Niterói e à Ilha de Paquetá são administradas pela concessionária privada Barcas S/A.

Apesar das barbaridades cometidas pelas empresas privadas, todas continuam operando normalmente. Pelas chicotadas, a Supervia foi condenada a pagar uma multa ridícula, correspondente a 0,05% do faturamento de 2008.

Rodoviários de Fortaleza em greve

Sob direção de luta, rodoviários vão à greve por recomposição salarial

GIAM BATISTA, de Fortaleza

Desde o dia 7 de junho, Fortaleza vive uma das maiores greves de transporte coletivo, cujos motivos são muito conhecidos por praticamente todo trabalhador rodoviário das grandes cidades: jornada de trabalho desumana, salário superachatado e assédio moral contra os trabalhadores.

Os rodoviários acumularam perdas salariais significativas nesses últimos anos. Há dez anos, recebiam cerca de 4,7 salários mínimos. Hoje, não alcançam dois salários. Além disso, são inúmeras as práticas da patronal para superexplorar os trabalhadores. Uma delas é a chamada prática das duas pegadas, que impõe jornadas diárias de até 12 horas aos trabalhadores que deveriam ter uma jornada diária de 7 horas e 20 minutos. Quem explica como isso funciona é o diretor do SINTRO, Domingos Neto. "O sujeito sai da garagem às 4 horas da manhã, roda no horário de pico até umas 8 horas, passa três horas parado no terminal, daí volta pra garagem pra fazer a segunda pegada com mais três ou 4 horas. Aquelas três horas paradas simplesmente se perdem, não são pagas como hora extra", afirma.

Os micro-ônibus colocados em circulação impuseram o fim da figura do cobrador com a implantação de catracas especiais. Em Fortaleza, recai sobre o motorista a dupla função. É trabalho e risco dobrado, além do salário achatado. O paraíso para os empresários é o inferno para os trabalhadores que correm o risco de assaltos que via de regra serão descontados do salário do motorista.

Jornadas exaustivas, assédio moral e trânsito caótico compõem a fórmula ideal para uma série de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Barbosinha, que também é diretor do SINTRO, explica que com três ou quatro anos de categoria a maioria dos trabalhadores já está com hérnia de disco. "A maioria dos motoristas que faz a cirurgia de hérnia de disco para continuar trabalhando acaba colocando pinos de titânio na coluna", conta.

Essa humilhação sem fim resultou na vitória da Conlutas nas eleições sindicais há pouco mais de três meses. Agora, o sindicato realiza uma campanha salarial que está demonstrando que de um lado estão os empresários, a Justiça, a imprensa, a prefeitura e o PT, e de outro os trabalhadores, a Conlutas e o PSTU.

"Finalmente eu sinto orgulho, sinto prazer mesmo de ser filiada ao sindicato. Agora vai", falou uma das trabalhadoras quando foi informada que podia voltar para casa, após uma ação da greve na madrugada de sábado, 19 de junho.

Como mudar os transportes em benefício dos trabalhadores?

Em primeiro lugar, é preciso estatizar e reestatizar as empresas que foram privatizadas, acabando com a máfia dos transportes. Nas mãos dos empresários, as planilhas de custo são manipuladas, os trabalhadores do setor são superexplorados e possuem jornadas exaustivas, levando mais risco à população.

Sem essa medida, nenhuma alternativa real é possível. A estatização vai garantir tarifas mais baixas, pois o Estado poderá subsidiá-las sem repassar milhões para as empresas privadas. Com isto, é possível oferecer passe livre para estudantes e trabalhadores desempregados. Mas de imediato propomos a redução das passagens em 60%, exatamente o aumento que as tarifas tiveram acima da inflação.

O Estado precisa ocupar seu papel. O transporte deve ser estatal e controlado pelos trabalhadores do setor e pelos usuários. Essa medida deve ser estendida às ferrovias que foram privatizadas pelo governo tucano. Dessa forma, teríamos soluções muito mais baratas e eficientes para o transporte de pessoas e cargas.

Por outro lado, é preciso parar de pagar as dívidas e destinar parte deste dinheiro ao investimento maciço na ampliação dos transportes coletivos.

FALTA DE INVESTIMENTO no transporte coletivo devido aos interesses das indústrias automobilísticas gera caos nas grandes cidades

Os governos priorizam obras viárias (beneficiando as empreiteiras) e concedem subsídios fiscais às montadoras. É preciso seguir outro caminho e optar pelo transporte público ao invés do particular. Para isso, é fundamental que o Estado crie novas linhas de metrô e trens e amplie a frota de ônibus, principalmente nas periferias das grandes cidades. Só assim será possível ter meios de transportes para atender milhões de pessoas com conforto, eficiência, segurança e rapidez.

✔ Estatização das empresas privadas para acabar com a máfia dos transportes. O transporte deve ser estatal e controlado pelos trabalhadores do setor e pelos usuários.

✔ Redução das passagens em 60%.

✔ Passe livre para estudantes e trabalhadores desempregados.

✔ Fim do pagamento das dividas e isenções as montadoras. Destinar parte deste dinheiro ao investimento maciço em transportes coletivos. ■

Ilustração FÁBIO FERNANDO

ENTENDA O CASO

De madrugada, Gildo participa de um atividade, revirando sacos de lixo, para atrapalhar os fura-greves

Dois policiais civis, sem uniforme, chegam em um carro particular e se aproximam, exibindo suas armas

Gildo tenta fugir, e é atingido. O carro dos grevistas leva 17 tiros. A ajuda só é chamada meia hora depois

Caso Gildo tem julgamento adiado

Militantes protestaram na porta do Fórum de Ceilândia enquanto policiais exibiam armas e distintivos

GUSTAVO SIXEL, da redação

Foram dez anos de espera e angústia, que pareciam estar perto do fim, com o julgamento do policial civil Arnulfo Alves Pereira, no último dia 8. No entanto, para decepção e revolta de militantes e parentes, o julgamento foi adiado logo após o seu início.

A promotoria pediu o adiamento por causa de um jurado, que trabalha no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, onde Gildo trabalhava. Por conhecer Gildo, obviamente, não poderia ter sido convocado para o júri. Novos jurados serão escolhidos e outro julgamento está marcado para 29 de julho.

Muitos dos amigos de Gildo compareceram ao Fórum, para pressionar contra a impunidade. Eles participavam de um ato na entrada, com faixas, cartazes e camisas, exigindo justiça.

O protesto na entrada reuniu cerca de 50 militantes do PSTU, sindicalistas do Distrito Federal. Eles foram impedidos de entrar com camisas exigindo justiça. Até mesmo a esposa de Gildo, Gleicimar Souza Rocha, 40, foi impedida. *"Estava com uma camisa com uma foto do Gildo e me disseram que não poderia entrar daquele jeito"*, conta.

Na semana do julgamento, militantes do PSTU trocaram suas fotos no Orkut pela de Gildo

INTIMIDAÇÃO

Os manifestantes não puderam entrar com camisas, mas os policiais civis que foram até o julgamento exibiram armas e distintivos. Muitos teriam entrado armados no plenário e fizeram questão de que todos soubessem disso. *"Eu estava lá na entrada e um policial que chegava perguntou 'Pode entrar armado aqui? Porque eu tô armado'. Isso olhando pra mim"*, contou Gleicimar.

Cerca de 20 policiais civis acompanharam o julgamento exibindo seus distintivos. A tentativa de pressão fez com que até um promotor se manifestasse em plenário. *"Há uma exibição de distintivo aqui hoje. Mas nada vai intimidar o Ministério Público."* O promotor lembrou que cabe ao Ministério investigar crimes de policiais e que isso vai continuar ocorrendo. Ao final, um promotor pediu que o próximo julgamento ocorresse em outro fórum, no Plano Piloto, e não no de Ceilândia.

Fora, o clima de intimidação era ainda maior. *"Vamos matar todo mundo"*, chegou a ameaçar um policial. Eles exibiam armas e intimidavam. *"Em um momento, todos sacaram seus celulares e passaram a nos fotografar"*, conta um manifestante. *"Entravam com pente de bala na meia"*, conta.

REVOLTA E LUTA

A notícia do adiamento foi um banho de água fria. *"Eu não entendi nada. Vi eles rindo do outro lado, comemorando. Aí percebi. Mas não podia fazer nada. Não podia chorar, porque não quero mostrar fraqueza nesse momento, não mostrei até agora. E nem podia protestar. Minha vontade foi de gritar, xingar"*, conta Gleicimar.

Mas a esposa de Gildo garante que isso não impedirá de seguir buscando justiça. *"Só vai adiar o meu sofrimento, mas não vai conseguir fazer com que eu desista. Meu sonho é ver ele preso"*, afirma.

Ricardo Guilen, do PSTU de Brasília, conta que agora, com o adiamento, o partido deve intensificar a campanha. *"Estamos convidando todos os ativistas, movimentos de Direitos Humanos, sindicatos, todos, para nos unirmos nessa campanha nacional, até o julgamento de 29 de julho. Não podemos permitir que esse crime do governo Roriz fique impune"*, afirmou.

José Luís e Rosa: Presentes!

AMÍLCAR OLIVEIRA, do Instituto José Luis e Rosa Sundermann

No dia 12 de junho de 1994, José Luís e Rosa Sundermann foram assassinados em São Carlos (SP). As autoridades policiais de nosso país não indiciaram ninguém por este bárbaro crime. Uma impunidade comum aos assassinatos de lutadores sociais.

Os dois militantes do PSTU atuavam nas lutas na região, enfrentando grupos políticos e oligarquias, como a dos usineiros. Em 1990 e 1993, haviam dirigido as greves dos trabalhadores da Usina Ipiranga, na região de Descalvado. Seus donos constaram entres os principais suspeitos no Inquérito Policial.

José Luís era dirigente do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de São Carlos e da Fasubra. Rosa era dirigente da *Convergência Socialista* (corrente que deu origem ao PSTU) na região e havia sido eleita para o Comitê Central do PSTU, no congresso de fundação do partido, uma semana antes de seu assassinato.

Os dois sempre estiveram presentes nas lutas sociais e mobilizações, enfrentando interesses dos poderosos, a quem mais interessaria o duplo assassinato.

Em 2004, dez anos após o crime, os advogados do Instituto José Luís e Rosa Sundermann denunciaram o Estado brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por negligência e omissão na investigação do assassinato.

A denúncia foi encaminhada para uma comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA) no dia 14 de março, e está sob análise.

A atuação da polícia foi marcada por uma investigação inconsistente e pela negativa em tratar o caso como crime político. Apesar dos inúmeros pedidos de acareações, audiências para ouvir testemunhas e diligências (investigações com deslocamento policial) feitos pelos advogados, a investigação nunca ocorreu de forma incisiva, permitindo que a impunidade perdure até hoje.

O Instituto José Luís e Rosa Sundermann, o movimento popular, familiares, especialistas em direitos humanos, parlamentares, entidades estudantis e sindicais de várias categorias profissionais, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil pressionaram pela investigação.

O governo do Estado de São Paulo e o governo brasileiro são culpados pelos assassinos de José Luis e Rosa continuarem livres.

Por isso, não nos calaremos. A campanha continua e exigimos: justiça; apuração do crime; punição exemplar para os culpados. ■

Saramago: uma obra que continua além do ponto final

BEATRIZ SANTANA, de São Paulo

Alan* é um operário atualmente desempregado de 31 anos. Em fevereiro deste ano ele leu pela primeira vez um livro do escritor português José Saramago, "O homem duplicado", emprestado da biblioteca do Senai. Desde esta primeira leitura, Alan se apaixonou pela escrita de Saramago. Leu em poucos meses mais três livros: "O evangelho segundo Jesus Cristo", "Caim" e "Ensaio sobre a cegueira". Alan conta que "no começo foi um impacto a forma como ele escreve, com um texto corrido, diálogos sem a separação de parágrafo e indicação de travessão. Mas depois, quando a gente se acostuma, fica interessante. Passei a gostar daquela forma, tanto que às vezes me dá vontade de usar certas palavras e expressões que ele usa e que não usamos normalmente".

Alan começou a conhecer a obra Saramago poucos meses antes da morte do escritor, ocorrida neste 18 de junho. Este exemplo mostra a capacidade da literatura de Saramago de tocar as pessoas.

OPERÁRIO, TRADUTOR, FUNCIONÁRIO PÚBLICO, ESCRITOR

José Saramago morreu de falência múltipla dos órgãos aos 87 anos de idade, ao lado de sua mulher Pilar Del Rio, em sua casa na ilha de Lanzarote, nas Ilhas Canárias. O escritor já estava doente há algum tempo e seu estado se agravou nas últimas semanas. Quando falou sobre a morte, ou autor definiu: "O corpo também é um sistema organizado, e a morte não é mais do que o efeito de uma desorganização".

Nascido em uma família pobre, ele não teve acesso a uma universidade, apesar do gosto pelos estudos. Assim como Alan, Saramago cursou um ensino técnico e tornou-se operário. Também tinha como fonte de suas leituras e aprendizados as visitas frequentes à Biblioteca Municipal Central de Lisboa.

Saramago publicou seu primeiro romance aos 25 anos, "Terra do Pecado". Foi funcionário público e, em 1955, para aumentar os rendimentos, começou a fazer traduções de obras de grandes autores como Hegel, Tolstói e Baudelaire, entre outros. Em 1975, ele vai trabalhar no Diário de Notícias.

HORMÔNIO COMUNISTA

Viveu a Revolução dos Cravos e levantou até o final de sua vida a bandeira comunista como uma necessidade para a solução dos problemas do mundo. Dizia que "assim como tenho no corpo um hormônio que me faz crescer a barba, há outro que me obriga a ser comunista".

Uma de suas atitudes políticas mais criticadas foi a defesa dos palestinos contra a ocupação israelense. Recentemente também realizou uma campanha de ajuda aos haitianos vítimas do terremoto ocorrido no país.

As duras polêmicas com a Igreja marcaram a vida e a obra do escritor ateu. Em livros como "O evangelho segundo Jesus Cristo" e "Caim", Saramago ousa reescrever a Bíblia em tom de farsa e ironia, arreganhando as frestas das entrelinhas ambíguas dos textos bíblicos, introduzindo humor e conflito na relação entre Criador e criatura.

SARAMAGUIANA

Saramago escreveu diversas obras de prosa e poesia, porém foi em 1980, com a publicação de "Levantados do chão", que a literatura do escritor ganha suas características mais marcantes. O livro teve como tema a vida da população pobre do Alentejo.

A forma desenvolvida por Saramago, com escassez de pontos finais, longos parágrafos, ausência de travessões, o que a princípio pode causar estranhamento no leitor, é também o que confere ao texto uma fluidez única. Já no livro "O ano de 1993", por sua vez, sua prosa se contorna em pequenos parágrafos ritmados que quase se tornam poesia. Além disso, marca a literatura saramaguiana a beleza inusitada das metáforas que comandam por livros inteiros a reflexão sobre temas filosóficos e sociais.

Devido a este caráter ímpar de seu texto, Saramago é tido por muitos críticos como um dos principais nomes da literatura de língua portuguesa, figurando lado a lado com nomes como Fernando Pessoa e Guimarães Rosa. Este reconhecimento lhe valeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1998.

A MORTE

Na conquista de novos e inesperados leitores, como Alan, a obra de Saramago vive. Assim como Alan, muitos ainda poderão conhecer e se apaixonar pela literatura de Saramago.

A morte, que agora chega aos olhos do escritor, foi tema de algumas de suas obras. Em "O Ano da Morte de Ricardo Reis", Saramago homenageia Fernando Pessoa, mostrando como teria sido a morte deste seu heterônimo. Já o livro "Intermitências da Morte" se inicia com a frase "No dia seguinte ninguém morreu". Nele, Saramago expõe as reações da Igreja, do governo, da imprensa, das famílias e instituições diante do fenômeno da ausência da morte.

Falemos, portanto, da ausência da morte de Saramago. Saramago não gostava de pontos finais, apenas salpicava vírgulas a gosto. Sua morte, desta forma, não pontua um final de sua existência, perpetua sua obra em eternos parágrafos intermitentes. ■

* nome fictício

Trabalhadores da Honda na China mostram o caminho

Trabalhadores chineses se organizam de forma independente e cruzam os braços

MARCOS MARGARIDO, do Portal da LIT-QI

Depois de dois anos de relativa calma, a classe operária chinesa volta às páginas dos jornais, com reportagens de greves ocorridas na região do delta do Rio Amarelo, sudeste da China, uma das maiores concentrações operárias de todo o mundo. O atual crescimento da economia chinesa levou ao aumento da inflação, principalmente dos preços dos alimentos, tornando insuportável viver com os baixos salários praticados naquele país. Ao mesmo tempo, a maior facilidade para conseguir emprego aliada à redução da mão de obra disponível anima os trabalhadores à luta.

Alguns exemplos mostram o padrão atual das mobilizações operárias. Na Merry Electronics, em Shenzhen, uma manifestação com mais de mil empregados pelo subdistrito de Dalang conquistou um aumento de 22% no salário, mesmo com a repressão policial.

Na China central o mesmo fenômeno se repete. Na Brother Industries, fábrica de máquinas de costura localizada em Xián, 900 operários cruzaram os braços por vários dias até que os patrões japoneses concordassem em abrir negociações por aumento salarial.

A longa tradição de luta das mulheres chinesas também se fez presente. Mais de 20 trabalhadoras de uma fábrica privatizada de beneficiamento de algodão em Henan foram presas, acusadas de "parar a produção", depois que 5000 operárias e operários realizaram uma greve de duas semanas por aumento salarial, pagamento de férias e bônus conforme a lei, e aposentadoria por doença ocupacional.

AS GREVES NA HONDA

Porém, as greves mais importantes do ponto de vista político e econômico foram realizadas pelos trabalhadores das cinco unidades da Honda na China. A primeira ocorreu em 21 de maio, na fábrica de transmissões em Foshan. Os 1.900 trabalhadores pararam a produção, liderados por um jovem de 23 anos, forçando o fechamento das quatro unidades de montagem, devido à falta das transmissões. Exigiam um aumento nos salários, que variam de US$ 150 a US$ 220 dólares mensais, para US$ 300 a US$ 370 dólares.

Pega de surpresa, a Honda ofereceu 24% de aumento do salário, em 31 de maio. Mas, apesar da enorme pressão exercida por funcionários do governo e membros da pelega Federação de Sindicatos da China, a greve foi mantida. Por fim, em 4 de junho uma proposta de 34% foi aceita, elevando os maiores salários a US$ 300. Estima-se a perda de produção de 3000 veículos diários durante esta greve.

A vitória conquistada na fábrica de transmissões entusiasmou os trabalhadores das outras unidades. No dia 7 de junho, duas fornecedoras de autopeças entraram em greve, obrigando novamente o fechamento de duas montadoras. Depois de 3 dias, um acordo com os trabalhadores de uma das fábricas foi anunciado pela Honda, sem mencionar os detalhes.

No dia 9, a greve mais importante foi iniciada, na Honda Lock, em Zhongshan, com 1.700 trabalhadores, mais da metade mulheres. Os trabalhadores exigiram, além de aumento salarial de 89%, o direito de construir um sindicato independente da Federação Sindical. Para isso, elegeram delegados de base em cada setor para negociar com a gerência, montando uma Comissão de 20 membros.

Nesta unidade, de trabalhadores com pouca qualificação, o salário é de apenas US$ 132 dólares. Além disso, o regime de trabalho é brutal: os trabalhadores são obrigados a ficar 8 horas de pé em seus postos, só podem ir ao banheiro mediante um passe dado pelo encarregado e são proibidos de conversar durante a jornada – uma prática normal em várias fábricas. Além disso, as mulheres só podem trabalhar sentadas no último trimestre de gravidez.

A reivindicação de liberdade sindical certamente levou a patronal a uma dura resposta, com a contratação de fura-greves no dia 14 de junho. O recrutamento foi feito com o apoio do governo local, sócio da fábrica da Honda. A greve foi suspensa, devido à ameaça de perda de emprego daqueles que não voltassem ao trabalho. No entanto, uma surpresa aguardava os encarregados, japoneses com salários 50 vezes maiores que os trabalhadores chineses: estes ameaçaram retomar a greve caso o aumento concedido – cerca de 20% entre salário e auxílios - não atingisse sua reivindicação. No momento o impasse permanece.

A LUTA PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

TRABALHADORAS (ES) arrancaram vitória numa greve contra o governo e sindicatos

Uma primeira conquista já foi conseguida pelos trabalhadores da Honda: organizar-se de forma independente em relação à Federação dos Sindicatos da China, com a formação de uma Comissão eleita pela base.

Desde a greve da fábrica de transmissões ocorreram conflitos entre os dirigentes do sindicato local e os operários, pois não queriam ser representados por uma entidade completamente subordinada ao PCCh, que governa o país para favorecer a burguesia local (surgida do seio do próprio partido comunista) e o imperialismo, principalmente o norte-americano. Segundo os operários, o sindicato é "inútil".

Na última greve, no entanto, ocorreu um salto de qualidade, com a reivindicação de reconhecimento de um sindicato independente. A esta, a empresa respondeu afirmando que a concordância estava além de sua autoridade e recomendou que os trabalhadores levassem-na ao governo que, obviamente, é contra qualquer organização operária fora de seu controle.

E, mesmo que alguns representantes eleitos tenham sido obrigados a se esconder para não ser presos, a continuidade da mobilização na fábrica da Honda Lock mostra que a organização dos trabalhadores já deu os primeiros frutos, cujo exemplo pode soprar novos ventos no movimento operário chinês.

ENTERRO de um trabalhador da Foxconn acontece sob protestos contra empresa.
Onze suicídios aconteceram, além das inúmeras tentativas ainda não registradas mostram desespero dos trabalhadores

TRABALHADORES da Honda enfrentam a pauladas sindicato na província de Guangdong

Superexploração capitalista: o 'segredo' do sucesso chinês

Os recentes conflitos entre os trabalhadores da Honda e da Foxconn mostram qual é o segredo do "milagre chinês"

DA REDAÇÃO

Por trás das taxas de crescimento econômico do país há uma enorme degradação das condições de trabalho, produto da volta do capitalismo no país. A maioria dos trabalhadores chineses sobrevive com baixos salários e carecendo dos direitos mais elementares. Não há "harmonia" alguma como prega o presidente Hu Jintao. O que impera é injustiça e a superxploração, uma situação que faz da China um barril de pólvora preste a explodir.

DE VOLTA AO CAPITALISMO

Em dezembro de 1978, o Partido Comunista Chinês (PCCh) anunciou uma virada na economia do país. Sob o controle férreo da ditadura do partido, o governo de Deng Xiaoping permitiu que na zona costeira chinês, que vai de Hong Kong a Xangai, fosse permitida a criação de quatro zonas econômicas que se abririam ao investimento estrangeiro. Essas regiões eram regidas pelas regras do mercado e do capitalismo.

Alguns anos depois, o PCCh permitiu que as empresas estatais pudessem contratar trabalhadores por um período de tempo limitado. Estava se dando o primeiro passo para degradação das condições de trabalho, pois o novo sistema significava que os recém contratados não teriam os benefícios sociais do passado conquistados pela revolução. Em 1987, quase 8 milhões de trabalhadores possuíam contratos deste tipo.

Ao longo dos anos a privatizações de estatais e o aumento de investimentos estrangeiros mudam completamente a situação dos trabalhadores do país. No final dos anos 1990, as empregava apenas 12% dos trabalhadores, contra 70 % em 1985, e 78% em 1979.

Entre 1990 a 2000, foram destruídos 30 milhões de empregos no setor público. Tradicionais zonas industriais, como as localizadas na região Nordeste da China, foram abandonadas e arruinadas.

Sob o comando da ditadura do PC, o capitalismo foi restaurado no país. Para que não restassem dúvidas, o regime finalmente pôs fim ao monopólio do Estado do comércio exterior. Em novembro de 2001, a China decidiu entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC). O motivo para o ingresso a OMC foi atrelar ainda mais a economia chinesa ao mercado mundial. A China depende muito das exportações e tem que chegar a acordos comerciais internacionais. Portanto, deve participar plenamente do mercado mundial capitalista.

Por outro lado, é um equívoco pensar que China se tornará um novo país imperialista, que "competirá de igual para igual com os EUA". O tão comemorado crescimento econômico chinês está totalmente subordinado aos interesses das empresas imperialistas e apoiado na produção e na exportação a baixo preço. Cerca de 60% das companhias que atuam no país não são chinesas. Com o retorno do capitalismo, o país se transformou numa plataforma de exportação onde as multinacionais têm lucros milionários.

EXPLORAÇÃO BRUTAL DO TRABALHO

A restauração tornou a China um país extremamente desigual. Segundo a agência oficial Xinhua, os 10% mais ricos da população recebem 23 vezes mais do que os 10% mais pobres. E o índice Gini (que mede a desigualdade nos países) está em 0,48 e continua crescendo.

Os ritmos de trabalho das empresas são extenuantes, excedendo muitas vezes 12, 16 ou 16 horas. O crescimento chinês se baseia nos baixos custos de uma mão de obra superexplorada. Os baixos salários e a falta de regulamentação trabalhista são os grandes atrativos das empresas multinacionais. Se em 1983, os salários representavam 56,3% do PIB, em 2005 esse índice baixou para 36,7% (Observatório da Política Chinesa). No entanto, devido à crise econômica, os salários foram corridos pela inflação. A inflação já registra 3,1%, segundo o Bureau Nacional de Estatísticas. Mas analistas prevêem que ela vai ultrapassar os 4%. A "oficina do mundo" depende fortemente da importação de alimentos, o que tem provocado um aumento do custo de vida.

Os sindicatos são controlados pelo governo, ou seja, sempre estão ao lado da patronal, por isso qualquer luta que pretenda obter algum tipo de conquista é realizada de forma independente. Nem mesmo uma tímida lei de contratação trabalhista aprovada em 2007 é respeitada. Na ausência de fiscalização, nenhuma empresa a cumpre.

A onda de suicídios na empresa de informática Foxconn instalada na China mostrou todo o drama das condições de vida dos operários. A empresa, que fornece produtos as multinacionais como Dell, HP, Nintendo, Apple, entre outras, registrou pelo menos 11 suicídios de funcionários devido às terríveis condições de trabalho. Os trabalhadores da Foxconn dormem em edifícios fornecidos pela empresa e cumprem jornadas de até 90 noras semanais. Como senão bastasse, a Foxconn paga 900 yuans (US$ 132) como salário base para um trabalhador da linha de montagem. Os trabalhadores da empresa, porém, se mobilizaram contra a falta de condições de trabalho, e conseguiram arrancar um aumento de 33% dos salários.

A restauração capitalista significou a destruição das conquistas sociais obtidas com a revolução e faz com que os trabalhadores voltem à situação de semi-escravidão da qual conseguiram se liberar em 1949. Novamente, os trabalhadores precisarão levantar a cabeça. ■

Burgue

O Opinião apresenta pela segunda vez a série "O que é?". Agora com o tema "burguesia", o objetivo será a publicação de artigos que respondam as dúvidas mais elementares que muitos ativistas apresentam no seu dia a dia. Ao longo do ano os artigos vão explicar temas ideológicos e políticos de forma fácil e acessível a todos

HENRIQUE CANARY,
da Secretaria Nacional de Formação

Há três ou quatro edições atrás, a revista Veja estampava em sua capa: *"O milionário mora ao lado: seis brasileiros de classe média se tornam milionários a cada hora"*. A manchete vinha acompanhada de um subtítulo: *"onze mulheres e homens que enriqueceram dão a receita de como aproveitar a maré alta da economia"*.

O FANTÁSTICO MUNDO DE VEJA

Essa é de doer. Se as contas de Veja estiverem certas, a "maré alta" da economia brasileira vai transformar, em alguns anos, toda a classe média em milionários e toda a população pobre em classe média, acabando assim com a miséria no país. Mas Veja "esquece" alguns detalhes. Por exemplo, que apenas em São Paulo, o número de moradores de rua subiu 56% de 2000 a 2009, ou seja, praticamente no mesmo período em que "nunca antes na história desse país", segundo Lula, os empresários ganharam tanto dinheiro. Assim, nada mais falso do que a ideia de um Brasil que marcha firmemente rumo ao primeiro mundo. Sim, marchamos firmemente, mas é para o topo da lista dos países com maior desigualdade social do planeta, onde já ocupamos a 10ª posição.

A manchete de Veja tem uma única utilidade: nos faz refletir sobre uma questão aparentemente simples, mas na prática bastante complexa: a definição de burguesia.

O QUE É A BURGUESIA?

A burguesia é a classe social que detém a propriedade privada dos meios de produção, ou seja, que é dona das fábricas, terras, bancos etc., isto é, de tudo que é necessário para produzir a riqueza social. Mas essa definição só pode ser entendida a fundo se entendermos também o conceito oposto: o de proletariado. O proletariado é a classe de trabalhadores assalariados que não possuem propriedade privada e por isso são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Assim, a sociedade está dividida em duas grandes classes sociais: a burguesia e o proletariado. Há muitos outros grupos sociais, mas esses dois são os principais.

É bom esclarecer que propriedade privada é diferente de propriedade pessoal. Propriedade privada é aquela que permite ao seu possuidor obter vantagens, lucro, renda e o mais importante: explorar a força de trabalho alheia. Assim, se possuo um carro e o utilizo para ir ao trabalho, ele é minha propriedade pessoal. Mas se ao invés de utilizá-lo, eu o alugo a um taxista, obtendo assim uma renda, nesse caso, trata-se de propriedade privada.

Portanto, ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, "ser burguês" e "ter dinheiro" não são exatamente a mesma coisa. Se sou auxiliar de produção, provavelmente não tenho dinheiro para comprar um carro 0km, mas talvez meu colega ferramenteiro tenha porque seu salário é bem maior que o meu. Isso não faz dele um burguês, uma vez que ele comprou o carro com seu salário, ou seja, através de seu próprio trabalho.

Desta forma, o que define a burguesia não é "ter dinheiro", mas sim o fato dela viver do trabalho alheio: por possuir propriedade privada, a burguesia explora o trabalho dos outros. O trabalho dos outros é seu meio de vida, sua fonte de riquezas. Essa é sua primeira característica.

> A burguesia é uma classe-parasita, que não trabalha, que não contribui em nada para o aumento da riqueza social

UMA CLASSE-PARASITA CADA VEZ MAIS INÚTIL

A segunda característica da burguesia é que ela, ao contrário do que tentam nos convencer, é uma classe-parasita, que não trabalha, que não realiza nenhuma atividade produtiva, que não contribui em nada para o aumento da riqueza social. Vejamos.

Quem é o dono da GM? Da Embraer? Da Vale? Podemos conhecer no máximo o presidente destas empresas. Em alguns casos, sabemos quem é o acionista majoritário. Mas quem são os outros donos? Não os conhecemos porque essas empresas são sociedades anônimas, cujas ações trocam constantemente de mãos nas mega-operações das bolsas de valores, criando um emaranhado de ligações praticamente impossível de ser entendido.

Encontramos assim os verdadeiros donos das empresas: os acionistas. Mas esses acionistas nunca possuem ações de uma única empresa. Sempre são acionistas de dezenas, às vezes centenas de empresas. Nem mesmo sabem que empresas são, onde ficam e o que produzem. Isso não lhes interessa. O que lhes interessa é a renda proveniente da compra e venda de ações. Seu local de "trabalho" é a bolsa de valores. Sua única atividade é a especulação. Por isso dizemos que a burguesia é uma classe-parasita, que quebra, fecha ou desmonta suas próprias empresas se isso lhe garantir um rendimento maior numa determinada operação na bolsa.

O OLHO DO DONO ENGORDA O GADO?

Esqueça a velha imagem do industrial dedicado que observa atentamente o trabalho dos operários desde seu escritório no andar superior da fábrica. Esse burguês que é ao mesmo tempo dono e gerente de sua própria empresa é uma figura cada vez mais rara. Ele há muito tempo cedeu suas funções aos administradores, engenheiros e técnicos, que tocam os negócios muito bem

sia

sem ele. O "olho do dono" não engorda mais ninguém, pois só enxerga agora os balancetes trimestrais...

Assim, cada vez mais recai sobre os ombros dos trabalhadores não apenas o desgaste do trabalho físico, mas também a responsabilidade pelo planejamento de todo o processo produtivo. Isso se dá tanto dentro da fábrica, com as células de produção e equipes de trabalho, quanto nos escritórios de contabilidade e logística. Não há função produtiva, organizativa ou comercial que não seja exercida por trabalhadores assalariados. Esse simples fato joga por terra toda a lenda de que os trabalhadores não podem se autogovernar, de que sem o burguês a economia desmoronaria e o caos se instalaria na sociedade. Os trabalhadores já conduzem a produção. Mas o fazem de maneira isolada, inconsciente, sob as ordens de mercenários sem escrúpulos a mando da burguesia: os diretores, gerentes e chefes.

"TRABALHO DURO" DE BURGUÊS?

Mas a sobrevivência da burguesia como classe-parasita estaria ameaçada se sua completa inutilidade fosse evidente para todos. Por isso a burguesia tenta dar à sua atividade uma aparência de "trabalho". Desta forma, é comum vermos grandes burgueses "trabalhando duramente" em seus escritórios, se envolvendo na administração das fábricas, chegando tarde em casa, estressados por causa do "trabalho" etc. Olhando assim, parecem verdadeiros trabalhadores! Na verdade, qualquer que seja a função exercida por um burguês, tudo o que ele faz pode ser feito (e muito melhor!) por um trabalhador técnico qualificado.

Além disso, a renda de um burguês nunca provém da atividade que ele exerce na fábrica. Sua renda sempre provém do simples fato de ele ser proprietário de uma certa quantidade de ações. Ele vive não do salário, mas do lucro. Seu único "trabalho" é garantir que se explore ao máximo o trabalho dos outros. A única classe que vive de seu próprio trabalho é o proletariado.

A PEQUENA E A GRANDE PROPRIEDADE

Tudo o que dissemos até aqui vale para a grande propriedade, mas não para a pequena. Ser um grande acionista ou latifundiário é diferente de ser dono de um sítio, um taxi ou uma pequena padaria. Enquanto o grande proprietário vive do trabalho alheio e apenas finge que trabalha, o pequeno proprietário, ou "pequeno-burguês", é obrigado a trabalhar de verdade para manter seu pequeno negócio.

O pequeno-burguês muitas vezes também explora o trabalho de um ou mais trabalhadores, mas o tamanho reduzido de sua propriedade, a instabilidade de sua situação econômica e a luta permanente contra a concorrência por parte do grande capital não lhe permitem parar de trabalhar. Assim, ao contrário da grande burguesia, a pequena-burguesia é uma classe produtiva, ou seja, que contribui com o aumento da riqueza social.

TEU DIA ESTÁ PRESTES, BURGUÊS!

O poeta russo Vladimir Maiakovsky escreveu certa vez: "Come ananás, mastiga perdiz; Teu dia está prestes, burguês!" E o poeta brasileiro Mario de Andrade não deixou por menos: "Eu insulto o burguês! O burguês-níquel, o burguês-burguês! A digestão bem-feita de São Paulo!"

Reconhecer imediatamente a burguesia e seus representantes; confiar única e exclusivamente em suas próprias forças; nas eleições, votar somente nos representantes legítimos dos trabalhadores; nutrir um verdadeiro ódio de classe contra toda opressão, exploração e injustiça: essas são as tarefas fundamentais de todo ativista ou dirigente do movimento operário, sindical e popular. Se o milionário mora ao lado, está mais do que na hora de acertar as contas com esse vizinho folgado.

Para saber mais

- Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels e As Classes Sociais no Capitalismo, de vários autores, ambos publicados pela Editora Sundermann e disponíveis para compra no site: www.editorasundermann.com.br.

'O que é classismo'

Leia mais esse texto da série. Na edição 403 disponível no site: www.pstu.org.br.

Os governos burgueses

A burguesia não é apenas a classe economicamente dominante. Ela é também a classe politicamente dominante. Sem a ajuda das instituições do Estado (congresso, justiça, Exército, polícia, escolas) ela não poderia manter-se como classe-parasita. Assim, a burguesia forma para si um exército de especialistas em administração pública. São os políticos burgueses.

Para se elegerem, os políticos burgueses precisam do apoio político e financeiro da burguesia, mas também do voto popular. Por isso, os governos burgueses sempre adotam algumas medidas benéficas à população: constroem hospitais e escolas, criam programas sociais e de incentivo à renda etc. O que nunca um governo burguês vai fazer é dar aos trabalhadores mais do que dá à burguesia.

Um governo burguês pode desapropriar uma fazenda ou nacionalizar um banco falido. Mas ele jamais vai governar contra toda a burguesia, por exemplo, expropriando todos os latifúndios do país ou nacionalizando todo o sistema financeiro.

Um governo burguês pode ter uma política relativamente independente do imperialismo, incentivando, por exemplo, que a burguesia nacional expanda seus negócios no mundo e conquiste posições. O que ele nunca vai fazer é tornar o país verdadeiramente soberano, por exemplo, proibindo a remessa de lucros ao exterior ou deixando de pagar a dívida externa.

Assim, o caráter de classe de um governo é definido por suas ações práticas e não por suas palavras ou pela origem social do governante. Segundo esse critério, apesar de sua origem operária, o governo Lula é um governo burguês, ainda que seja um governo burguês diferente, "anormal" porque nele a burguesia não governa diretamente, mas através das lideranças da classe trabalhadora: o próprio Lula, o PT e a CUT. A acirrada disputa eleitoral entre PT e PSDB não deve nos confundir. Uma vez eleitos, tanto Dilma, quanto Serra, estarão a serviço do mesmo senhor: a burguesia nacional e internacional. Se alguém ainda duvidava disso, o recente veto de Lula ao fim do fator previdenciário simplesmente encerrou a questão, mostrando a incrível semelhança entre os governos do PT e PSDB.

Burgueses e proletários: a história das palavras

A burguesia é uma classe muito antiga. Nasceu por volta do século 12 na Europa medieval. Num continente coberto por enormes propriedades rurais, destacavam-se pequenas vilas comerciais, conhecidas como "burgos". Seus habitantes eram os "burgueses". Assim, a burguesia surgiu como uma classe de comerciantes pobres, que havia deixado o campo e se instalado nas cidades para viver do comércio. Somente mais tarde esses burgueses se ligaram à manufatura, ao comércio internacional e finalmente à indústria, dando origem à atual burguesia.

Já a nossa classe, o proletariado, é muito mais jovem. Surgiu por volta do século 16, também na Europa. "Proletário" quer dizer em latim "aquele que tem prole", ou seja, filhos. Esse nome foi dado porque os camponeses que abandonavam o campo e se deslocavam para as cidades medievais nessa época não possuíam absolutamente nada. Sua única "propriedade" eram seus filhos. Sem qualquer posse, "aqueles que tinham filhos" eram obrigados a vender sua força de trabalho nas oficinas de manufatura. Mais tarde, no século 18, graças ao surgimento da grande indústria, o proletariado cresceu e se transformou, dando origem ao moderno proletariado industrial.

Seminário de programa ocorre neste fim de semana

DA REDAÇÃO

A preparação para o Seminário de Programa está avançando. O evento será realizado nos dias 26 e 27 na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, e está aberto a todos que quiserem discutir uma estratégia socialista para o país.

Muitas contribuições ao programa, como sobre economia, dívida externa e interna, saúde, homossexuais, mulheres, violência, entre outros temas, já podem ser lidos no portal da candidatura Zé Maria. Vários intelectuais já confirmaram presença, como o sociólogo Chico de Oliveira.

O partido deseja incorporar as contribuições de todos os lutadores dos movimentos sociais e intelectuais que não pertencem aos quadros do PSTU para a elaboração do programa eleitoral da campanha Zé Maria presidente. Confira a programação abaixo.

PSTU REALIZARÁ CONVENÇÃO NACIONAL

O evento será às 15h, na Quadra dos Metroviários, em São Paulo. Convocada pela Direção Nacional, a convenção pretende reunir cerca de mil pessoas para o lançamento oficial da candidatura de Zé Maria à Presidência da República e de Claudia Durans à vice. Estarão presentes alguns candidatos aos governos estaduais. Já confirmaram Luiz Carlos Prates "Mancha" (SP), Vanessa Portugal (MG), Cyro Garcia (RJ), Vera Lúcia (SE) e Julio Flores (RS).

Programação do Seminário

Sábado (dia 26)

9h - ABERTURA
Eduardo Almeida, Valério Arcary, Zé Maria

10h - MESAS TEMÁTICAS
1- GOVERNO LULA
Valério Arcary, Chico de Oliveira (USP), Alvaro Bianchi (Unicamp)
2- DESEMPREGO E DESIGUALDADE SOCIAL
Rui Braga (USP), Paula Marcelino (Unicamp), Diego Cruz (Opinião Socialista)
3- HOMOFOBIA
Secretaria Nacional GLBT
4- CIDADES
Toninho Ferreira
5- ECOLOGIA
Denis Ometto (Ação Eco-Socialista), Jeferson Choma (Opinião Socialista)
6- PALESTINA
Dirceu Travesso, José Moreno e José Welmovicki (Correio Internacional)
7- DROGAS
Henrique Carneiro, Julio Delmanto, Jorge Badaui, Sergio Vidal

Domingo (dia 27)

1- ECONOMIA
Alejandro Iturbe (LIT-QI), Eduardo Almeida
2- VIOLÊNCIA
Américo Gomes (Ilaese), OAB Nacional
3- JUVENTUDE
Bruno Machion, Mariah Mello, Rafael Nunes
4- RACISMO
Secretaria de Negros e Negras do PSTU
5- CULTURA
Iná Camargo Costa (Professora, especialista em Teatro), Sílvia Miskulin (professora e pesquisadora), Nando Poeta (PSTU, cordelista), Cecília Toledo (PSTU, professora)
6- EDUCAÇÃO
Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), Gilberto, José Vitório Zago, Luís (Conspiração), Valério Arcary

14h
1- CAMPO
Jeronimo Castro (PSTU), Nazareno Godeiro (Ilaese)
2- MULHERES
Secretaria Nacional Mulheres PSTU
3- SAÚDE
Ary Blinder (PSTU)
4- ENERGIA E PETRÓLEO
Américo Gomes (Ilaese), Dalton Santos (Sindipetro AL/SE)
5- INTERNACIONAL - HAITI
Claudia Durans, Eduardo Almeida, Franck Seguy (Haiti), Otávio Calegari (Estudante Unicamp)

São Paulo lança metalúrgico ao governo

O PSTU começou a rodada de convenções eleitorais no último dia 10, oficializando a candidatura do metalúrgico Luiz Carlos Prates, o Mancha, ao governo de São Paulo. A convenção reuniu cerca de 200 pessoas na Câmara Municipal da capital paulista, entre metalúrgicos, professores, servidores públicos, sem-teto e estudantes.

Além de Mancha, a convenção também oficializou as candidaturas do bancário e dirigente do Movimento Nacional de Oposição Bancária, Dirceu Travesso, ao Senado, em chapa junto com a servidora da Justiça Federal e ex-dirigente bancária Ana Luiza Gomes. Os candidatos a deputado federal e estadual também marcaram presença na convenção que se transformou num grande ato em defesa das candidaturas socialistas.

O PSTU lança a candidatura de Mancha como um contraponto à falsa polarização entre PT e PSDB no estado. De um lado, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) promete dar continuidade à política privatista do governo Serra, de outro, o petista Aloizio Mercadante tenta se firmar como a melhor mediação com o governo Federal. Como uma tentativa de se constituir uma terceira via está nada menos que o ex-presidente da Fiesp Paulo Skaf, candidato pelo PSB.

"Essas candidaturas serão financiadas pelas grandes empresas e, uma vez eleitos, eles governarão para essas empresas", disse Mancha, que deu o exemplo da privatização das estradas no estado e dos caros pedágios. "Hoje em dia as pessoas gastam mais com pedágio do que com combustível, isso é um absurdo que só enriquece uma minoria; o PSTU propõe enfrentar essas empresas, retomando o controle sobre as estradas e garantindo o direito de ir e vir".

Com uma forte representação da ocupação Pinheirinho, de São José dos Campos, Mancha destacou a importância da luta pela moradia. "O governo precisa assentar quem luta pela terra e garantir moradia digna aos sem-teto, nossa candidatura estará a serviço dessa luta", disse.

Cyro Garcia é confirmado em convenção

No último dia 19, o Rio de Janeiro realizou a convenção que ratificou a candidatura de Cyro Garcia ao governo do estado. Cyro é a alternativa socialista e de luta, que levará para as ruas todos os debates necessários, como a criminalização da pobreza, a política de extermínio do Estado em relação ao povo pobre, principalmente quem mora nas favelas, e também o tema das remoções dessas comunidades.

É só vermos o que vem sendo feito atualmente por Sérgio Cabral. Em nenhum momento se fala em investimentos em escolas, hospitais e moradias. O atual governador diz que vai comprar helicópteros blindados que valem milhões e paga R$ 500 aos professores. Além disso, compra aparelhos de ar condicionado para as escolas, quando as mesmas não possuem rede elétrica que sustente a carga - por sinal, já vemos muitos abandonados nas escolas, um total descaso com o dinheiro público.

Outra questão abordada foi a importância de uma alternativa que coloque na ordem do dia a valorização dos servidores estaduais, que há quase vinte anos não têm reajuste e condições de trabalho dignos.

Paraná lança candidatos

O PSTU Paraná confirmou na noite do último dia 16 as candidaturas socialistas que o partido apresentará aos trabalhadores e a juventude paranaense. O ato político contou com a presença do pré-candidato à presidência pelo partido, Zé Maria de Almeida, que veio ao Estado lançar sua candidatura e discutir o programa socialista que o partido apresentará nas eleições.

A convenção oficial formalizou as candidaturas do ex-advogado do MST, Avanilson Araújo para governador, do candidato a vice, Ivan Bernardo, professor da rede estadual. Para o senado o partido lançou Cláudio Timossi, dirigente do Movimento Por Moradia.

Agora o primeiro desafio da campanha é construir junto com a classe trabalhadora e a juventude do Paraná um programa socialista que expresse as necessidades dos setores explorados e oprimidos da sociedade.